

NOTÍCIAS DE PORTUGAL



3 TOMAR festa dos TABULEIROS

CONVENÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

Sob a presidência do Prof. Doutor Marcello Caetano, reuniu-se no dia 10, em São Bento, o Conselho de Ministros.

O Conselho aprovou vários decretos-leis, um dos quais autoriza os funcionários que eram remunerados sob a forma de gratificação e viram, em Janeiro de 1957, canceladas as suas inscrições como subscritores da Caixa Geral de Aposentações, a que requeiram agora a sua reinscrição, contando-se-lhes todo o tempo de serviço prestado posteriormente a tal anulação desde que somado ao anterior, prefaça o mínimo de 15 anos.

Um outro diploma reduz os prazos de processo de revisão dos vencimentos nas convenções colectivas de trabalho, de modo a abreviar a respectiva tramitação.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros relatou ao Conselho a recente reunião da Conferência de Segurança Europeia em Helsínquia.

O Ministro das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência fez igualmente uma larga exposição sobre assuntos do seu Ministério, nomeadamente os respeitantes a actividades do sector do trabalho.

IV PLANO DE FOMENTO

Sob a presidência do Prof. Marcello Caetano, reuniu-se no passado dia 3 à tarde, no Palácio de São Bento, o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, que examinou e aprovou o projecto da proposta de lei relativa à elaboração e execução do IV Plano de Fomento, que vai ser submetida a parecer da Câmara Corporativa, a fim de ser presente à Assembleia Nacional no início da próxima legislatura.

O Conselho ocupou-se seguidamente do relatório elaborado pela comissão encarregada do estudo das propostas apresentadas por várias companhias para a pesquisa e exploração de petróleo na plataforma submarina continental. Foi resolvido fazer a adjudicação provisória de onze das trinta e duas zonas, em que a plataforma submarina fora dividida, aos grupos Shell-Sacor, Sun-Amerada-Philips e Esso, autorizando-se o prosseguimento das negociações para adjudicação das restantes zonas. Na adjudicação efectuada são fixados os direitos do Estado em face das empresas concorrentes, quer na fase de pesquisas, quer, no caso de descoberta de petróleo, na fase da sua exploração.

MANOBRAS DE AGITAÇÃO ANTIPTUGUESAS

CAMPANHA DOS GRUPOS TERRORISTAS CONTRA AS COMEMORAÇÕES DA ALIANÇA NA CAPITAL BRITÂNICA

Logo que foram anunciadas as comemorações do sexto centenário da aliança luso-britânica, incluindo as visitas do Príncipe Filipe a Portugal e do Presidente do Conselho de Ministros de Portugal a Londres, os grupos de apoio aos movimentos terroristas do Ultramar português começaram a actuar na capital britânica no sentido de impedir ou prejudicar essas comemorações.

Tais grupos conseguiram a adesão do Partido Trabalhista aos seus desígnios e a simpatia de vários órgãos da imprensa inglesa. E nos últimos dias, à medida que se aproxima a data marcada para a chegada a Londres do Chefe do Governo português a sua campanha tem aumentado de actividade e de violência.

É nesse quadro que se insere a publicação, ontem, dia 10, num dos diários londrinos, com grande destaque, da narração de pretensas atrocidades cometidas pelas tropas portuguesas em Moçambique.

A acusação da prática de violências pelas tropas portuguesas em Moçambique tem sido de há tempos para cá explorada em vários países europeus a partir das afirmações feitas por um missionário saído da província por comprovada cumplicidade com a FRELIMO.

Esse missionário, no seu ódio contra Portugal, tem publicado artigos e feito conferências em que procura difamar o nosso País, atacar a sua política ultramarina e ofender as forças armadas. Várias vezes as suas afirmações têm sido refutadas publicamente. Mas outros correlegionários seus o têm secundado.

Apesar da fonte mais que suspeita das afirmações, o Governo português deu oportunamente instruções ao Comando-Chefe de Moçambique para sempre que surgissem rumores de alguma irregularidade nos milhares de operações que em cada ano as forças armadas levam a termo na província, mandasse proceder logo a rigoroso inquérito.

Assim se tem procedido, tendo a grande maioria dos inquéritos demonstrado a inanidade das acusações, mas punindo-se os responsáveis quando apuradas culpas, o que aliás raramente sucedeu apesar dos riscos quase inevitáveis de um guerra de guerrilhas em que o inimigo é traiçoeiro e não olha a meios para dominar as populações nativas e atacar os que se lhe opõem.

O caso narrado no jornal londrino, com o evidente propósito de desencadear um escândalo nas vésperas da visita do Chefe do Governo português e de enlamear a Nação e o povo que ele representa, não deixaria de ser inquirido nos termos que estão estabelecidos se fosse identificado o local onde se diz terem ocorrido os acontecimentos mas cujo nome é desconhecido na carta do Estado de Moçambique.



A FESTA DOS TABULEIROS DE TOMAR

virginal do trajo branco das raparigas, a distribuição da «peza», os pendões e as coroas.

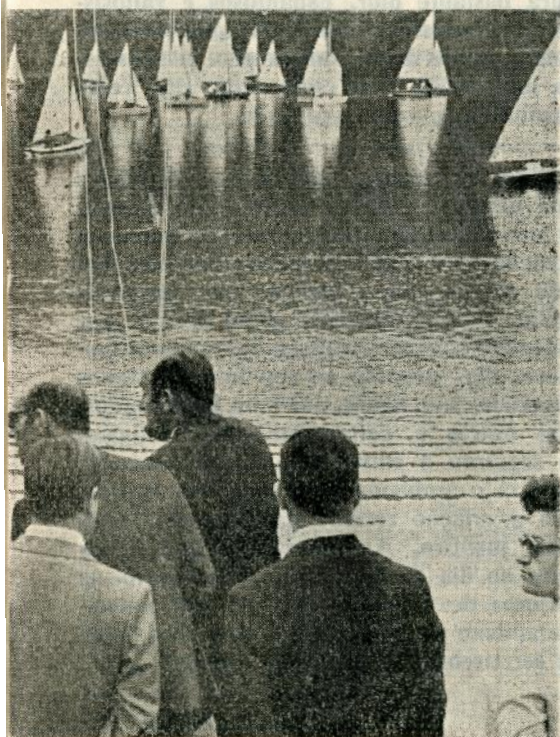
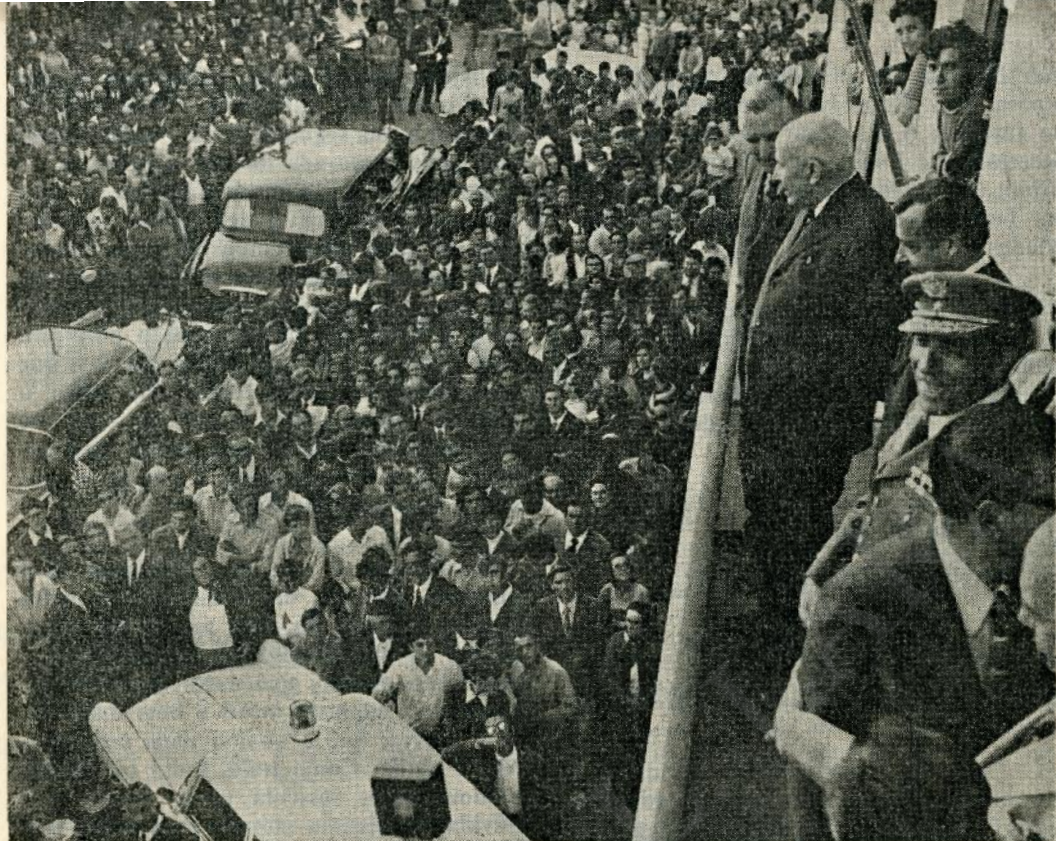
Pouco a pouco, desapareceu o ritual dos «impérios», com as coroações dos «mordomos» e dos «foliões». Mantêm-se, porém, as principais cerimónias, segundo os costumes praticados nas aldeias da região. Os Tabuleiros, rematados pela pomba do Espírito Santo, ou pela cruz, e transportados à cabeça das raparigas do povo, na alvura das suas vestes, resumem, por assim dizer, toda a pureza e simplicidade das nossas gentes.

A realização da Festa dos Tabuleiros veio, mais um ano, trazer a Tomar e a toda a região a cor e o movimento de uma antiquíssima manifestação, em que o sagrado se concilia com o profano, numa pitoresca e etnográfica aliança.

Os responsáveis pela organização dos festejos atribuem o seu significado a um passado remoto e mal conhecido. A sua origem parece, no entanto, que vem do tempo do rei D. Dinis. Na mesma altura em que o monarca obtinha do Papa João XXII a criação da Ordem Militar de Cristo — sua esposa, D. Isabel, lançava as bases de um movimento de solidariedade cristã, ao fundar as Irmandades do Espírito Santo, cujas celebrações depressa alastraram pelo País, particularmente nas regiões estremenhas.

Em Tomar, esses festejos mantiveram-se até ao século XVII, tendo prevalectido através dos séculos algumas das suas principais características: a procissão e bênção dos pães, a forma dos Tabuleiros, o significado





TEVE A PRESENÇA DO CHEFE DO ESTADO

Outrora eram os Tabuleiros ofertados em cumprimento de promessas ao Divino Espírito Santo. Hoje, tudo se passa de maneira diferente. Se bem que alguns representem ainda uma ou outra tradicional promessa, na maioria são angariados entre o povo, que nunca deixa de prestar a sua contribuição para o bom êxito dos festejos.

A procissão dos Tabuleiros, que se revestiu este ano de grande brilho, contou com mais de mil e duzentos participantes.

Assistiram à passagem do cortejo, junto aos Paços do Concelho, o Almirante Amé-

rico Thomaz que presidiu às cerimónias, e esposa, o dr. Gonçalves Rapazote, Ministro do Interior; o dr. César Moreira Baptista, Secretário de Estado da Informação e Turismo; eng. Álvaro Roquete, Director-Geral do Turismo, e diversas outras individualidades.

Após a benção dos tabuleiros, o Chefe do Estado esteve no edifício da Câmara Municipal, onde as três mais jovens participantes no cortejo fizeram oferta dos tabuleiros que haviam transportado.

O Chefe do Estado em Ferreira do Zêzere:

«AS ESPERANÇAS DE HOJE SERÃO AS CERTEZAS DE AMANHÃ»

O Chefe do Estado visitou no dia 7 o Concelho de Ferreira do Zêzere tendo procedido, naquela localidade, à inauguração das novas instalações do quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e assistido à cerimónia da benção de duas novas viaturas para aquela corporação.

Numa sessão solene que em seguida se realizou, foram oradores o Presidente da Câmara Municipal, sr. António José Soeira e Silva e o Presidente da assembleia geral da associação dos bombeiros voluntários locais, sr. Amadeu Garcês. A terminar, o Almirante Ambérico Thomaz proferiu o seguinte discurso:

Recordo, neste momento, ter vivido nesta simpática e aprazível terra de Ferreira do Zêzere, em que nasceu meu pai, e em ambiente bem saudável, o verão dos derradeiros anos do século passado e dos treze primeiros deste século. Decorridos vão, pois e precisamente, sessenta anos sobre a minha última estadia em Ferreira, na Quinta da Cerejeira, e em tão longo período de tempo apenas uma vez aqui vim, no dia 15 de Agosto do ano de 1960, quando a cidade

de Tomar, solenemente, comemorou os oito séculos da sua existência. Volto hoje a Ferreira e esta segunda visita — não oficial, mas mais demorada do que a primeira — representa para mim novo avivar de um manancial inexaurível de remotas recordações de bem, dos tempos despreocupados e já muito distantes da minha mocidade, em que o homem se movimentava muito mais lentamente, mas em que a poluição, sob qualquer das múltiplas facetas que actualmente a fazem temer, não tinha o mínimo relevo, e tão íntimo ele era, que ninguém nela falava; era, então, praticamente, uma desconhecida. Como tudo mudou nestas seis décadas!

De lembrar é que em 1913, embora a um ano, somente, da eclosão da Primeira Grande Guerra, ela, nem sequer era adivinhada. A sua deflagração surpreendeu e sacudiu o mundo, que antes de poder recompor-se, suportou nova e bem mais terrível guerra, que o abalou mais profundamente ainda. Como tudo, tanto realmente, mudou nestes sessenta anos: muito, sem dúvida, muitíssimo mesmo, para muito melhor; mas quanto e não pouco, também, para bastante pior. Espantosos e valiosíssimos progressos a par de delapidações sem conta, muitas delas praticamente insanáveis: de tudo tenho sido espectador, uma vez encantado, outras angustiado.

Não foi, apenas, para mitigar saudades que desta vez vim a Ferreira do Zêzere. O meu objectivo principal foi o de chamar a atenção para esta linda terra, que não tem sido olhada com a atenção que, inegavelmente, merece. Convicto estou de que esse objectivo será alcançado e de que bem melhores dias surgirão no seu futuro. Alguns benefícios são, agora, por mim inaugurados, mas outros e, certamente, mais valiosos, se seguirão e entre eles e para breve se contará o ambicionado Palácio da Justiça, que a criação recente da Comarca local, mais justifica. As esperanças que manifestei no dia de hoje serão, estou certo, as certezas de amanhã. Tais certezas antecipadamente me confortam e, com elas, todos os ferreirenses se alegrarão comigo.

(Continua na pág. 10)

MOTIVOS DE ESPERANÇA NO PROGRESSO DA COMUNIDADE

O Dr. Moreira Baptista, Secretário de Estado da Informação, proferiu, no passado dia 12 a sua habitual comunicação, por intermédio da Rádio e da Televisão, cujo texto é o seguinte:

No período de tempo que decorreu desde o último comentário que aqui vim fazer, um grande número de portugueses beneficiou de decisões tomadas pelo Governo e todos os que estão atentos ao que se passa na nossa Terra foram tomando conhecimento da evolução de medidas anunciadas há tempos e que entram agora em plena fase de concretização.

Efectivamente, por um lado, ampliaram-se os benefícios de ordem social que são expressão concreta de um esforço que visa a elevar o nível de vida dos que trabalham; simultaneamente impulsiona-se o desenvolvimento económico que há-de criar mais riqueza de que todos, directa ou indirectamente, havemos de participar.

Este conjunto de acções de Governo — promover o aparecimento de bens e proporcionar comodidades e distribuir esses bens a todos, em obediência a um rigoroso objectivo de justiça social, exprime, em síntese, um conceito do Estado Social no qual se integra o pensamento político do Presidente Marcello Caetano.

Certamente que apresentar, assim tão simplesmente o que é todo um sistema doutrinário em acção, pecará por grave deficiência, mas ajudará talvez a entender mais facilmente tudo aquilo para que me proponho chamar a atenção sem correr o risco de me embrenhar numa longa exposição que não estaria adequada ao estilo das considerações que aqui costumo fazer.

Parece-me realmente mais vantajoso relembrar como foi possível entregar somas importantes de dinheiro através de um esquema novo para o abono de família que, entre outros objectivos, visa a uma mais eficaz protecção das famílias numerosas e salientar também a preocupação, que não esmorece, de valorizar cada vez mais aqueles que ao amanho das terras se dedicam, numa afirmação indelével de respeito e interesse pelo trabalho rural.

Mas quase simultaneamente foi aprovada a proposta de lei para o IV Plano de Fomento que vai ser submetida à Câmara Corporativa para parecer e posteriormente à Assembleia Nacional para discussão e aprovação. E nesse mesmo período de tempo soubemos que foram aprovadas as propostas de que sairá o concorrente que constituirá mais dois grandes hospitais, um em Lisboa e outro em Coimbra, no valor de mais de dois milhões de contos; soubemos também que dentro de dias, em Setembro, ao que se afirma, se iniciará a construção das auto-estradas; poucos dias antes adjudicaram-se grandes empreitadas que dinamizam o empreendimento de Sines e um novo contrato conduzirá à modernização e à eficiência dos caminhos-de-ferro. Por acção da iniciativa privada, vimos chegar ao Tejo um grande petroleiro e outros barcos e ficamos a saber que novas encomendas foram feitas para ampliação da tonelagem da nossa Marinha Mercante. E não podemos deixar de nos congratular ao verificarmos que um desses grandes petroleiros já encomendados será construído em estaleiro português, por operários nossos que vão ser pagos com salários de nível internacional. Se a isto acrescentarmos que os indicadores estatísticos apontam que a nossa economia está em franca expansão nomeadamente no sector industrial, quem há aí que não sinta acrescentarem-se motivos de esperança no progresso da nossa comunidade? E, no entanto, a verdade é que existem portugueses que não pensam ou reagem assim e, pelo contrário, buscam razões de preocupação e até impugnaram e contestam os nossos motivos de confiança no futuro.

Não sei se virá muito a propósito referir aqui uma história ouvida há muito tempo mas que me ficou na memória, pelo que, com ar ligeiro, ajuda a entender posições diametralmente opostas perante realidades concretas. Aliás, essa pequena anedota será até do conhecimento de muitos, e vou arriscar-me a que ouvindo-a façam instintivamente o gesto que fazemos em situação idêntica — já tem barbas... Pois apesar disso aí vai: conta-se que a dois amigos foi oferecida, a

(Continua na pág. 14)



ESTUDANTES BRASILEIROS

HÁ alguns anos que a Secretaria de Estado da Informação e Turismo, através do seu Centro de Turismo de Portugal no Brasil, vem realizando concursos para jovens estudantes, proporcionando-lhes, como prêmio, uma vinda e estadia em Portugal.

O concurso do ano passado abrangeu 11 Estados do Sul, tendo sido premiados 22 estudantes, dois jovens, um do sexo feminino e um do sexo masculino por cada Estado. O grupo foi acompanhado pela Senhora encarregada da divulgação do concurso no Brasil, e por um monitor, professor de história, seleccionado entre muitas pessoas propostas, pelas suas qualidades de inteligência, afabilidade e perfeita compreensão da juventude.

Este ano o Concurso abrangeu os onze



Estados do Norte e do Nordeste não incluídos o ano passado, nomeadamente, os Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, tendo ainda sido premiados dois professores, um do sexo feminino e outro do sexo masculino, seleccionados entre aqueles que maior apoio deram à iniciativa.

O assunto escolhido para tema do concurso deste ano foi «A vida e a obra de Luís de Camões», tendo os milhares de obras concorrentes, sido apreciados pelos membros do júri, formado pelo Delegado em S. Paulo do Centro de Turismo de Portugal no Brasil, Sr. Santos Mendes, que presidiu à reunião do júri, pela Sr.^a D. Lilly D. Dranoff, que divulgou o Concurso, pelo Prof. Dr. Tito Lívio Ferreira, pelo Dr. José Maria Homem de Montes e pelo Sr. Luís Fernando Moreira Frutado, representando a TAP.



em PORTUGAL



Foram classificados os seguintes concorrentes:

ALAGOAS — Rita de Cássia Viana Vasconcelos (Colégio Sagrado Sacramento) e Germano Sousa Kiembaum (Colégio Normal de Penedo);



AMAZONAS — Elizeuda da Silva (Colégio Imaculada Conceição) e Denilo José Sobral Peres Júnior (Escola Técnica Federal);

BAHIA — Aida Caldas de Sousa e Odoval Gonçalves Mattos Filho (Colégio Estadual Severino Vieira);

CEARÁ — Marta Helena Ferreira Gomes Lopes (Colégio São João) e Ciro Ferreira Gomes (Colégio Sobralense);

MARANHÃO — Maria de Fátima Aranha de Queiroz Melo (Colégio Maranhense) e Oyama da Silva Almeida (Colégio Estadual Severino Vieira);

PARÁ — Heliana Marinho da Silva (Colégio Estadual Pais de Carvalho) e Acácio Monte da Costa (Escola Técnica Federal);

PARAÍBA — Nilma Rodrigues da Silva (Liceu Paraibano) e Ranulfo Cardoso Júnior (Colégio Estadual Campina Grande);

PERNAMBUCO — Margarida Maria Soares da Silva (Colégio Virgem Poderosa)

e Alexandre de Melo de Castanho Neto (Escola Estadual Jerônimo Joeiros);

PIAUI — Regina Maria Pereira de Oliveira (Centro Colegial dos Estudantes Piauienses) e Walter Neiva Eulálio Filho (Colégio de São Francisco de Sales);

RIO GRANDE DO NORTE — Lucy de Faria Collier (Escola Doméstica de Natal) e Magnus Augustos de Cavalcanti de Albuquerque (Colégio Salesiano S. José);

SERGIPE — Maria Monica Ouro Reis (Colégio de Aplicação da U. F. de Sergipe) e Sydney de Lemos Leão (Colégio Presidente Costa e Silva).

Os premiados partirão do Rio de Janeiro, no próximo dia 17, viajando dos seus Estados até ao Rio de Janeiro, por especial cortesia da VASP (Viação Aérea São Paulo S/A) e do Rio de Janeiro até Lisboa, aonde chegarão às 8,30 h do dia 18, pela TAP (Transportes Aéreos Portugueses) que também quis associar-se a esta simpática iniciativa.

Aqui, ser-lhes-á proporcionada durante uma estadia de 15 dias a visita aos locais de maior interesse histórico e turístico e um itinerário agradável e variado.

O CHEFE DO ESTADO EM FERREIRA DO ZÊZERE

(Continuação da pág. 6)

Ao terminar estas minhas breves palavras, agradeço sentidamente a recepção carinhosa de que fui alvo e as palavras amigas e generosas que acabei de escutar. A todos, muito e muito obrigado. Que a Providência vos proteja sempre e, igualmente, proteja esta terra cativante, a que me sinto ligado por sentimentos e recordações que o tempo não apaga e a que quero amorosamente, desde que comecei vivendo a vida.

ENRIQUECIMENTO DOS MEIOS RURAIS

O Chefe do Estado assistiu, no dia 9, na barragem do Lago Azul a uma prova de regatas de diversas modalidades, organizada pelo Centro Especial de Vela, do Colégio de Nossa Senhora do Pranto, de Ferreira do Zêzere. Este centro desportivo que então foi inaugurado pelo Presidente da República, recebeu o nome de Centro Especial de Vela Professor Lima Ribeiro.

Após as provas, o Almirante Américo Thomaz distribuiu diplomas aos alunos participantes

e ofereceu medalhas comemorativas da inauguração.

Em seguida o Sr. Presidente da República procedeu à inauguração, em Ferreira do Zêzere, da respectiva Casa do Povo, em cerimónia a que assistiram o Ministro do Interior, dr. Gonçalves Rapazote, o Secretário de Estado do Trabalho e Previdência, dr. Silva Pinto, e diversas outras individualidades. Durante o acto o dr. Silva Pinto fez uma exposição em que se referiu ao programa elaborado pelo Ministério das Corporações com vista a possibilitar às Casas do Povo o desempenho de uma fecunda acção como centros de cooperação social e de desenvolvimento comunitário e como meios de melhoria da situação dos trabalhadores rurais nos sectores do trabalho e da previdência social. Depois de notar que o programa visava duas finalidades, o gradual enriquecimento do regime especial de previdência para os trabalhadores rurais assegurando às populações do campo crescente integração nos esquemas de benefícios do seguro social obrigatório e a atribuição a cada Casa do Povo de uma sede condigna como elemento de valorização da sua acção comunitária, o dr. Silva Pinto afirmou:

«Quanto ao primeiro desses objectivos, todos sabemos o que se tem podido fazer em matéria de protecção na doença e maternidade, assegurando cobertura sanitária às populações rurais em termos idênticos à que é facultada aos trabalhadores não agrícolas, no que concerne a prestações não pecuniárias. Em breve se anunciarão, aliás, os novos montantes dos subsídios pecuniários destinados a compensar a perda de ganho derivada da incapacidade para o trabalho provocada por doença e que atingirão valores, para homens e mulheres, correspondentes a um acréscimo médio superior a 100 por cento.

Também no que respeita aos benefícios complementares — destinados a cobrir despesas que se verifiquem no agregado familiar — os trabalhadores rurais viram já a sua situação melhorada e aguardam os próximos dois meses com natural expectativa, pois a partir de 1 de Outubro os subsídios de casamento (2000\$00) de nascimento (1500\$00 por filho) por morte (2000\$00) e de aleitação (250\$00 mensais com possibilidade de uma prestação complementar em espécie até ao limite de 150\$00 mensais) ficarão equiparados aos do regime geral de previdência para os trabalhadores da indústria, do comércio e dos serviços.»

UM MILHÃO DE CONTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CASAS DO POVO

Mais adiante, o Secretário de Estado do Trabalho e Previdência disse:

«O segundo objectivo — novas sedes, maior acção no domínio da cooperação social —, esse o estamos também prosseguindo, com desembaraço ao mesmo tempo que a criação de novas Casas do Povo nos fez já passar da magra percentagem de 38,5 por cento das freguesias do Continente e Ilhas Adjacentes, cobertas, em Janeiro de 1970, por esses organismos, para a consoladora realidade de uma cobertura de 84,76 por cento, dados de há dias talvez ultrapassados, pois estamos no início de um mês durante o qual aguardamos a criação de mais algumas dezenas de Casas do Povo.

No fim de 1972, existiam aproximadamente 300 sedes de Casas do Povo. No corrente ano, encontram-se em edificação 22 edifícios e mais 40 se começarão a construir, para, no ano de 1974 e durante a vigência do IV Plano de Fomento, se dar início à construção de 420, utilizando uma verba superior a um milhão de contos. É um esforço de construção acelerada, mas através de uma nova concepção de sede pretende-se ainda enriquecer os meios rurais com um equipamento social válido para as necessidades de hoje, edifícios dotados de serviços clínicos próprios — quando não é possível estabelecer uma ligação com centros de saúde ou instituições hospitalares —, instalações administrativas e para convívio, tudo isto em torno de verdadeiros pavilhões desportivos-recreativos, que, consoante o número de pessoas abrangidas, permitirão a prática de maior ou menor número de modalidades desportivas.»

Durante a cerimónia da inauguração da Casa do Povo de Ferreira do Zêzere foi ainda orador o Presidente da respectiva direcção, Octávio Nunes Ribeiro, que agradeceu a presença do Chefe do Estado bem como a dos dois membros do Governo.

O Almirante Américo Thomaz seguiu depois para a freguesia de Igreja Nova, onde presidiu à inauguração solene da sede da Associação Igrejanovense de Melhoramentos. Recebido com entusiásticas manifestações populares, o Presidente da República assistiu à bênção do novo edifício, partindo por fim, para Lisboa.



MINISTRO RUI PATRÍCIO

FUNDAMENTOS DA PAZ EUROPEIA

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Patrício, representante de Portugal na conferência de Helsínquia sobre Segurança e Cooperação na Europa, usou da palavra, em 4 do corrente, naquela reunião internacional para expor, sobre os problemas em estudo, o ponto de vista português.

Registamos alguns passos da declaração daquele membro do Governo:

● «A Europa parecia, há alguns anos definitivamente condenada à divisão, à separação, ao antagonismo e à ameaça recíproca entre blocos

políticos e militares. Os povos do continente, onde se forjou a civilização mais criadora e dinâmica do Mundo e onde nasceram as concepções mais universais de amor e de entendimento entre os homens, não poderiam, porém, renunciar definitivamente a sair da passividade do imobilismo, do receio e da insegurança.

«Pouco a pouco, um espírito novo foi surgindo. Atenuaram-se posições mais duras, renunciou-se a políticas mais arriscadas e perigosas, esboçaram-se iniciativas, de princípio tímidas e intermitentes, que se converteram, mais tarde, em políticas mais ousadas, no sentido de uma reconciliação e de uma aproximação.»

● «Mas para além do mérito das políticas de desanuviamento, das iniciativas diplomáticas e dos tratados e acordos já celebrados, há realidades mais profundas por detrás desta evolução. Em primeiro lugar, a convicção generalizada do primado absoluto da paz sobre a guerra, da negociação sobre o conflito, do diálogo sobre a confrontação. Resultará esta convicção da consciência vitoriosa destes valores no espírito dos povos e dos governantes ou apenas das realidades do equilíbrio de poderes, na época nuclear, e da contenção mútua pelo jogo das alianças militares com a segurança recíproca que permitiram criar? O que é importante, porém, é que aquela convicção exista e se imponha definitivamente.»

● «A paz e a segurança europeias não serão o resultado do triunfo de uma ideologia, da vitória de um sistema, da imposição uniforme de um modo de vida considerados superiores. A paz europeia deverá assentar fundamental-

mente na coordenação e não na subordinação. Os povos europeus desejam uma paz sólida e duradoura. Mas ela não seria possível com o estabelecimento de uma ordem única, de um sistema autoritariamente imposto por cima da soberania dos Estados ou com o reconhecimento e a consagração de hegemonias e de tutelas.»

● «A Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa deverá ser uma conferência de Estados soberanos e independentes.

(Continua na pág. 15)



Prémio de Jornalismo: Händel de Oliveira e Robi Amorim, 1.º prémio Afonso de Bragança; Corregedor da Fonseca e Francisco Sarsfield Cabral, 2.º prémio Afonso de Bragança

PRÉMIOS LITERÁRIOS DA S.E.I.T.

Depois de atribuído o Grande Prémio Nacional de Cultura e os Prémios Nacionais de História, Ensaio, Novelística e Poesia, a Secretaria de Estado da Informação e Turismo torna pública a concessão de mais os seguintes prémios literários: Afonso de Bragança (Jornalismo), Literatura Infantil e Juvenil, Revelação-prosa e Revelação-poesia.

O 1.º Prémio Afonso de Bragança foi concedido, em igualdade, às reportagens «Cabo-verdianos em foco — Em demanda de trabalho no Portugal Europeu», da autoria do jornalista Händel de Oliveira, publicadas no «Diário de Notícias» de 1 a 6 de Agosto de 1972 e «Alentejo: não poder estar nem abalar», da autoria do jornalista Roby Amorim, publicadas em «O Século» de 23 a 31 de Maio de 1972.

O 2.º Prémio Afonso de Bragança foi concedido às reportagens «Portugal frente ao Mer-

cado Comum: E agora?», da autoria dos jornalistas Corregedor da Fonseca e de Francisco Sarsfield Cabral, publicadas no «Diário Popular» de 16 a 22 de Maio de 1972.

O Prémio de Literatura Infantil e Juvenil foi conferido ao texto do livro «Pedro e o Mágico» da autoria do escritor e ensaísta António Quadros (edição da Editorial Notícias, Lisboa), e à ilustração feita por Zé Manuel (nome artístico de José Manuel Mendes) para o livro «A História da Papoila» (edição Estudos Cor - Lisboa).

O Prémio de Revelação-Prosa foi atribuído ao original «Concerto para Vida e Esperança», de João Baptista de Sá.

O Prémio de Revelação-Poesia foi atribuído aos manuscritos «Amanhã Sempre Tarde», de Carmo de Sousa Lima, e «Rosto sem Cor» de Carlos Alberto dos Anjos Farinha.



António Quadros, Zé Manuel, João Baptista de Sá, Carmo de Sousa Lima e Carlos Alberto dos Anjos Farinha

Comentário do Dr. Moreira Baptista

(Continuação da pág. 7)

cada um, uma garrafa de precioso vinho. Passados dias, encontraram-se ambos: um deles, de feitio permanentemente atormentado, céptico, pessimista, referindo-se ao que lhe restava do tal vinho admirável comentava triste e desesperado — só já tenho meia garrafa; o outro, porém, sorridente, contente, optimista, declarou com júbilo que ainda tinha meia garrafa...

Vai por aí um esforço enorme da parte de alguns em procurarem diminuir quanto se tem realizado e se está fazendo entre nós: quando se planeiam e se vão construir algumas centenas de quilómetros de auto-estradas, logo surgem a insinuar que talvez não fosse essa a melhor solução, que afinal quem vai pagar as auto-estradas são os que dela se utilizam, que o facto de lá fora se fazer assim, não quer dizer que deva fazer-se entre nós porque, entre nós, era o Estado quem tudo deveria pagar. Se dos hospitais se trata, imediatamente se alinham os argumentos que pretendem demonstrar que não são só dois grandes hospitais que necessitamos, mas muitos mais, sem se esquecerem de acrescentar que não se percebe bem como se vão construir hospitais novos quando há ainda outros que bem poderiam ser ampliados e melhorados, além de que talvez não haja médicos, enfermeiros e não sei quantas coisas mais, para se porem a funcionar.

E isto para não referirmos quantos que, sem saberem ainda nada do que virá a ser o IV Plano de Fomento já o discutem e apoucam. Pessimistas, cépticos, rabujentos? Certamente que sim, mas não só.

Todos sabemos que uma das formas de combater um regime político é fazer diminuir o impacto das suas reformas e realizações e manter um clima reivindicativo que faça com que pareça sempre pouco tudo aquilo que for sendo feito. Visa-se, afinal, que a opinião pública se deteriore em relação à Administração. Informa-se mal, distorcem-se os factos, alinham-se teorias, manipulam-se números, apresentam-se exemplos mesmo que não tenham qualquer paralelo connosco. E, sobretudo, afirma-se que é possível fazer melhor; que eles o fariam se fosse outro o sistema de Governo.

Aos que assim pensam e procedem nada mais magoa do que assistirem aos frequentes — porque frequentes são os motivos — actos de agradecimento ao Governo por decisões que tenha tomado em benefício das populações. E logo suscitam os comentários ostensivos ou capciosos de que não se entendem tais manifestações porque o Governo não faz mais do que a sua obrigação; que esses

actos não são autênticos, que tudo é afinal propaganda.

Não sei eu quem ponha em causa a necessidade de fazer propaganda: não há país, regime, forma de Governo no Mundo onde se não faça. Mas naqueles casos de público agradecimento que surgem entre nós, eu penso que a reacção desses portugueses ao afirmarem a sua adesão ao Governo significa, primeiro do que tudo e além do mais, uma atitude instintiva e saudável de opiniões esclarecidas pelo que sabem de ciência certa: pretendem afirmar claramente a sua solidariedade para com os que souberam entender as suas aspirações e sabendo, as resolveram. E ainda porque, não desconhecendo a soma de atribuições dos que governam, das responsabilidades que a todo o momento assumem, lhes desejam fazer um aceno de simpatia que é sempre o melhor incentivo para quem tem, afinal, como obrigação permanente o sentimento de servir a Comunidade.

Ainda agora, neste momento em que as habituais forças internacionais que nos combatem, pretendem mobilizar lá fora a opinião pública, urdindo uma cabala que visa nitidamente o fortalecimento dos movimentos terroristas que actuam na Guiné, Angola e Moçambique, neste momento, dizia eu, torna-se indispensável um reforço de unidade em torno do Governo que defende o bom nome do País e intransigentemente assegura a defesa do património nacional.

Com amargura, vemos portugueses envolvidos na teia dos interesses estrangeiros que há anos mantém a conspiração contra Portugal. Vêmo-los, desnacionalizados e sem pudor, firmar pactos de aliança com os que visam destruir esta Terra onde nasceram; vêmo-los em actos públicos e nos bastidores, a tecerem intrigas, ansiosos por construir um trampolim que um dia lhes pudesse permitir entrar em Portugal para governarem uma Nação que, se os aceitasse, já não seria a nossa Pátria.

Como não há-de pois o nosso bom povo, com o sentido que sempre teve em momentos difíceis, deixar de apoiar os que, com dedicação e firmeza, com sacrifício e determinação, suportam o peso de responsabilidades, são alvo de ataques que se os atingem, se dirigem também contra todos nós, como este, agora urdido por um jornal inglês que, no passado, terá sido órgão de informação honesto, mas que nos tempos que correm busca as condições de sobrevivência material, pondo as suas colunas ao serviço da calúnia e da mentira.

O povo português não deixará de entender tudo isto e há-de encontrar a forma adequada para a resposta que se impõe.

FUNDAMENTOS DA PAZ EUROPEIA

(Continuação da pág. 12)

iguais e todos legítimos, respeitadores das fronteiras de todos os outros, das instituições políticas e do sistema económico e social próprios a cada um deles, os quais estabeleçam princípios e regras de conduta entre os Estados, que permitam uma paz duradoura no continente europeu.»

● «A civilização europeia tem uma tendência quase irreversível para o espírito positivo e científico, mas ele é igualmente a da utopia e do primado das ideologias, e a confrontação militar correspondente sobretudo à confrontação ideológica. A circunstância da conferência procurar afastar-se de uma intenção de confrontação, seja de blocos militares ou de ideologias, é uma prova suplementar da existência real deste estado de facto. A Europa esqueceu os valores humanistas e este esquecimento afecta directamente as actividades no campo político e no domínio das relações culturais e dos contactos humanos. Para que a opinião pública tenha confiança na conferência, é preciso encontrar a própria essência do humanismo, isto é, o espírito da tolerância. Só esse espírito pode conduzir ao êxito de ser garantia de negociações futuras.»

● «Se pensarmos que os países aqui presentes estão finalmente no caminho que levará a um desanuviamento duradouro, há que não perder de vista que é preciso prosseguir nesta via com um espírito ainda mais sincero de conciliação e de cooperação. Em história e em política só os factos contam e, por conseguinte, não podemos deter-nos em simples declarações

de intenções: a maturidade dos nossos povos não o aceitará.»

● «Não podemos, certamente, esquecer que as relações mundiais de segurança e de cooperação ultrapassam grandemente o quadro da Europa e têm, também, uma muito forte e inevitável componente asiática e subatlântica. A Conferência só pode, na conjuntura actual, ocupar-se de problemas específicos europeus, mas tal facto deve ser visto apenas como uma limitação e não como um objectivo. A natureza, as condições e a importância das nossas responsabilidades actuais identificam-se de tal maneira com a Europa que não podemos encontrar outro quadro que não seja o que a história, a geografia e a política já moldaram, mesmo se há entre nós países, nos quais nos incluímos, que se sentem tão ou mais ligados a outras regiões, outros povos e outras fronteiras. Seria, aliás, verdadeiramente imperdoável se o facto de se limitar o âmbito da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa só servisse para aumentar os problemas de segurança noutras regiões do Globo. A Conferência deve evitar fazê-lo, pois seria acusada de procurar criar um novo direito internacional, válido exclusivamente para os países altamente desenvolvidos e industrializados do hemisfério norte. Temos esperança, pelo contrário, que a Conferência se restrinja apenas para melhor espalhar, em todo o Mundo, os frutos da paz.»

● «Por força da História e do destino o meu país teve o privilégio de percorrer durante séculos todos os continentes e todos os mares. Daí sermos levados apenas a conceber as relações humanas numa base universal.»



**NOTÍCIAS DE PORTUGAL
É TRANSPORTADO
NOS AVIÕES DA T. A. P.**

EDIÇÃO DA direcção-GERAL DA INFORMAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO
DA INFORMAÇÃO E TURISMO

Administração e Redacção

Palácio Foz - Lisboa - Portugal

Publicação semanal — 75 000 exemplares

Direcção: F. Freitas Santos

ANO XXVII - N.º 1367 - 14-7-73

Impresso no Anuário Comercial de Portugal

Lisboa-Portugal

Eleita, em Londres, Miss Vinho Verde, a jovem escocesa Isla Cunningham tem agora, devido a esse título, oportunidade de visitar Portugal pela primeira vez. Durante uma semana, ser-lhe-á proporcionado um agradável itinerário turístico, que abrangerá o Algarve e a região do Vinho Verde. No dia 9, foi oferecida à bonita «Miss» uma recepção-prova, no Castelo de São Jorge, à qual estiveram presentes o secretário de Estado da Agricultura e o presidente do Município de Lisboa.

